

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.599 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2002

Senado consegue entendimento e vota 18 medidas provisórias

Após muitas negociações entre as lideranças partidárias, especialmente sobre as matérias que envolviam o funcionalismo público, o Plenário teve um dia de decisões: foram apreciadas todas as MPs que obstruíam a pauta



Rosevelt Pinheiro

O Plenário do Senado viveu ontem um dia de negociação e decisões. O entendimento entre as lideranças acabou permitindo a votação de 18 medidas provisórias e a desobstrução da pauta para o exame de outras matérias. Das MPs analisadas, 15 foram aprovadas sem alterações, uma acolhida na forma de projeto de conversão e duas rejeitadas. Foram aprovadas, entre outras, as MPs referentes aos cargos de procurador da Fazenda Nacional e assistente jurídico da Advocacia da União; auditoria do Tesouro Nacional e auditoria fiscal da Previdência; apoio a companhias aéreas; e ressarcimento às concessionárias de energia elétrica.

PÁGINAS 3, 4 E 5

Entendimento entre os líderes foi necessário principalmente para permitir a votação de planos de carreira do funcionalismo público

CCJ examina hoje punição rígida de trabalho escravo

PÁGINA 2

Ministro diz em CPI que polícia investiga ONGs irregulares

PÁGINA 8

Suplicy apóia acordo de livre circulação no Mercosul

PÁGINA 8



Célio Azevedo

CAE garante crédito para investir em saneamento

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou pareceres favoráveis a operações de crédito no total de US\$ 122,6 milhões para saneamento básico.

PÁGINA 6

Com a decisão da CAE, operação que favorece estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste deve seguir para deliberação do Plenário



Roosevelt Pinheiro

Para Moreira Mendes, rede quebrou isolamento da população amazônica

Moreira enaltece Rede Amazônica de Rádio e TV

Ao salientar que a Amazônia passou muito tempo sem saber o que acontecia no Brasil e no resto do mundo, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez ontem uma homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão, pelos seus 30 anos de existência, dizendo que ela constitui uma das maiores conquistas da população amazônica.

— Foi a Rede Amazônica que quebrou um silêncio secular. Montou sistemas de acesso ao satélite e, graças a eles, os noticiários e os cursos regulares e profissionais passaram a chegar rapidamente a qualquer parte da região, do país e do exterior — destacou.

Moreira Mendes disse que a história desse empreendimento começou em 1969, quando os jornalistas Phelippe Daou e Milton Cordeiro, juntamente com os empresários Joaquim Margarido e Robert Phelippe Daou, constituíram a Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Ele informou que a Rede Amazônica de Rádio e Televisão tem hoje 800 empregados, entre jornalistas, radialistas, engenheiros, técnicos, pessoal administrativo, motoristas, técnicos em *marketing*, *designers*, artistas e contatos para venda de espaços na programação.

O senador disse também que a rede tem todos os seus setores informatizados, tanto na sede da empresa, em Manaus, como nas suas afiliadas, abrangendo grande parte da Região Norte.

CCJ examina punição mais rígida do trabalho escravo

Projeto de Waldeck Ornélas, que será votado hoje em turno suplementar, confere maior clareza na tipificação do crime

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje projeto que confere tratamento mais duro ao crime de trabalho escravo. A intenção do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), autor da proposta, é explicitar no Código Penal as práticas de trabalho escravo, facilitando a punição desse crime. O projeto foi aprovado na semana passada e será submetido agora a turno suplementar de votação.

O texto atual refere-se apenas à “redução de alguém à condição análoga ao trabalho escravo”, enquanto a proposta de Ornélas define hipóteses de cometimento do crime.

— Uma das dificuldades encontradas para punir os responsáveis é a falta de clareza na tipificação e na regulamentação do que venha a ser o crime — afirma o senador na justificativa do projeto, salientando ainda que a Organização Internacional do Trabalho tem criticado a legislação brasileira, considerando genérico o tratamento dado ao trabalho escravo.

A proposta de Ornélas define como conduta criminosa subme-

ter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, sujeitando a pessoa a condições degradantes de trabalho ou restringindo a sua locomoção em razão de dívida com o empregador.

— O autor preocupa-se em realçar o compromisso da Constituição com a dignidade da pessoa humana, com os valores sociais do trabalho e com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária — diz o senador José Jorge (PFL-PE), em relatório favorável ao projeto.

PARTICIPAÇÃO

Também está na pauta da CCJ, que inclui outras 50 matérias, projeto de resolução elaborado pela senadora Marina Silva (PT-AC) que cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado Federal, facilitando a apresentação, pela sociedade, de sugestões legislativas ao Senado.

A proposição prevê que os cidadãos poderão sugerir, por meio de setores organizados, como associações, órgãos de classe e sin-



Célio Azevedo

Proposta de Ornélas elimina tratamento genérico dado ao crime na lei atual

dicatos, novas leis ou modificações nas já existentes. Ficará a cargo da comissão, que já existe na Câmara, o exame dessas propostas. O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), apresentou parecer favorável ao projeto, que também será apreciado pela Comissão Diretora da Casa.

Outra proposta que será examinada pela Comissão Diretora, também na pauta da CCJ, sugere modificações no Código de Ética e Decoro Parlamentar para determinar o momento do início do processo de cassação de senador. O autor é o senador Osmar Dias e o relator, Francelino Pereira (PFL-MG).

Comissão analisa projetos para flexibilizar FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute hoje quatro projetos que flexibilizam o uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), permitindo o saque para a compra de microcomputador, de veículo e de lote urbanizado ou para financiamento estudantil.

A proposta que possibilita movimentar a conta do FGTS para a compra de microcomputador é do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) e recebeu relatório favorável

de Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). A que permite o uso dos recursos para compra de veículo foi apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). De acordo com o texto, que recebeu substitutivo do relator, Waldeck Ornélas, essa possibilidade fica restrita ao titular da conta do FGTS que já possua moradia própria.

A terceira proposição, de autoria do deputado Geraldo Magela (PT-DF), permite a utilização do fundo para aquisição de lote ur-

banizado. O relator, Mauro Miranda (PMDB-GO), acolheu a ideia mas apresentou substitutivo ao texto original. Já a proposta de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) estabelece a permissão de uso do FGTS para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). A matéria também recebeu aprovação do relator, senador Waldeck Ornélas, com apresentação de emendas.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

17h — Recebe Ricardo Santos, acompanhado por representantes do Movimento Interforuns de Educação Infantil no Brasil
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 67/02 que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5 milhões, para financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União; votação, em segundo turno, da PEC nº 55/01 que altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); votação, em primeiro turno, da PEC nº 16/02 que altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01 que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00 que dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02 que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários; e PR nº 6/01 que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02 que cria compensação financeira para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios, entre outras matérias.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

DIA DE DECISÕES

Senado vota todas as MPs e desobstrui pauta

Em clima de muita negociação entre os líderes, Plenário aprecia 18 medidas provisórias, várias delas relacionadas com o funcionalismo público. Duas foram rejeitadas, 15 aprovadas e uma acolhida na forma de projeto de conversão



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Suassuana, relator da MP sobre PIS/Pasep, retirou emenda diante da garantia de Suplicy de que o assunto será reexaminado no governo Lula

Mudança no PIS/Pasep pode reduzir preços de remédios

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) nº 41, de 2002, que muda a incidência da contribuição para o PIS/Pasep (programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas operações de venda de determinados produtos, inclusive dos medicamentos de uso continuado. A matéria vai agora à promulgação.

A MP amplia a relação dos produtos industrializados, nacionais ou importados, que podem ser beneficiados pelo sistema de crédito presumido, o seja, o ressarcimento dos valores do PIS e Cofins incidentes sobre eles. A alteração inclui medicamentos utilizados no tratamento de patologias crônicas e degenerativas, de uso continuado e outros que exibam características relevantes

nas aquisições do Sistema Único de Saúde (SUS). Concedendo aos fabricantes esse crédito presumido, a expectativa do governo é de que eles reduzam o preço dos remédios ao consumidor.

Relator da matéria, o senador Ney Suassuana (PMDB-PB) defendeu emenda excluindo da classificação prevista na MP os produtos de diagnóstico *in vitro*, isto é, os medicamentos utilizados apenas para testes em laboratório. Como a mudança do texto faria com que a matéria retornasse à deliberação da Câmara, ele concordou em retirar a emenda após o líder da oposição na Casa, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), assegurar que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva editará nova MP fazendo o reparo sugerido. Com isso também concordou, em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Criadas gratificações para controlador de tráfego aéreo

O Senado aprovou medida provisória criando duas gratificações aos ocupantes dos cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Dacta).

A primeira, chamada gratificação de desempenho de atividade de controle e segurança de tráfego aéreo (Gdasa), será con-

cedida a cada servidor, observados os desempenhos institucional e individual. A segunda, denominada gratificação especial de controle aéreo (Gecta), será concedida aos ocupantes do grupo Dacta quando em atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo. As gratificações integrarão os proventos da aposentadoria e as pensões.

O Senado conseguiu votar ontem, após entendimento entre as lideranças, as 18 medidas provisórias (MPs) recebidas da Câmara no final da semana passada. Com isso, a pauta foi desobstruída e o Plenário reiniciou as deliberações sobre outras matérias.

Foram aprovadas 15 medidas provisórias e um projeto de conversão. Outras duas medidas provisórias, referentes a planos de carreira de servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cafeeira (Ceplac), foram rejeitadas, também por acordo de lideranças.

Apreciadas as MPs, os senadores puderam aprovar os demais itens da pauta. No total, 35 matérias foram analisadas em Plenário, incluindo liberações de crédito para o Ministério de Minas e Energia e para o Ministério da Integração Nacional.

Hoje, entre outras matérias, o Plenário deve votar em segundo turno proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal.



Ramez Tebet preside a reunião em que o Senado desbloqueou sua pauta, votando todas as medidas provisórias recebidas na semana passada

Aprovação de planos de carreira para o funcionalismo exigiu longas negociações

O acordo celebrado entre os líderes possibilitou a votação de diversas medidas provisórias que tratam de planos de carreira de funcionários públicos. Os senadores preferiram aprovar ou rejeitar as matérias sem alterações, já que, regimentalmente, qualquer modificação levaria as MPs de volta à Câmara, trancando sua pauta e atrasando a votação do Orçamento.

O compromisso assumido pelos senadores que hoje fazem oposição – e que serão situação na próxima legislatura – foi o de que o governo Lula examinará a situação dos servidores beneficiados pelas MPs e fará as correções necessárias.

Senadores da oposição e da situação alternaram-se no uso da palavra, em busca de entendimento. Pela liderança do governo, Romero Jucá (PSDB-RR) cobrou da oposição um comprometimento de que os planos de carreira seriam tema do presidente eleito, logo após a posse. Em

troca, os governistas retiraram emendas que, se aprovadas, obrigariam a volta das MPs à Câmara.

A sessão chegou a ser interrompida por 15 minutos, para negociação. Quando foi reiniciada, Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou inconformidade com o acordo. Ele disse que, mesmo acreditando na boa-fé do líder da oposição, Eduardo Suplicy (PT-SP), não sentia segurança de que o futuro governo cumpriria os termos negociados.

Em nome do PSDB, Geraldo Melo (RN) comentou que, ao concordar em votar as MPs sem emendas, os governistas adquiriram o direito de exigir o comprometimento público de que o próximo governo corrigirá as imperfeições e melhorará a situação dos funcionários.

Já Heloísa Helena (PT-AL) esclareceu que, no seu entendimento, a solução para o impasse em torno das MPs dos servidores foi fruto de um acordo entre todos os partidos,

iniciado na Câmara. Ela rejeitou a idéia de que seria uma contribuição dos parlamentares da situação ao novo governo. Segundo Heloísa, as imperfeições nas MPs são de responsabilidade do atual governo, "que não tratou com respeito o funcionalismo". José Agripino (PFL-RN) e José Eduardo Dutra (PT-SE) defenderam o entendimento para não atrasar a votação do Orçamento.

Foram aprovadas as MPs referentes aos cargos de procurador da Fazenda Nacional e assistente jurídico da Advocacia da União; auditoria do Tesouro Nacional e auditoria fiscal da Previdência; perito federal agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; e especialistas de nível médio e superior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Financiadora de Estudos e Projetos, além das carreiras de ciência e tecnologia e militares do governo do Distrito Federal.

DIA DE DECISÕES

Regulamentação da anistia recebe elogios

O Plenário aprovou ontem a medida provisória (MP) que regulamentou a anistia política prevista na Constituição de 1988. Foi a segunda MP sobre o assunto editada pelo governo federal, incorporando alguns pontos resultantes da extensa negociação sobre o assunto realizada no Congresso Nacional. Aprovada sem emendas, a MP vai à promulgação.

A regulamentação alcança os que foram prejudicados por atos políticos no período de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da atual Constituição, em 5 de outubro de 1988. Com ela, o anistiado terá direito a indenização, contagem como tempo de serviço do período em que esteve afastado de sua função, conclusão de curso que foi obrigado a deixar e ainda, no caso de funcionário público, reintegração ao cargo perdido.

O relator da matéria na comissão mista que analisou a MP, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ressaltou que a nova proposta do governo foi produto de negociação no Congresso Nacional, para a qual tem "muito orgulho de haver colaborado". Ele afirmou que a MP "permite estabelecer regras para a concessão de benefícios da anistia política, depois de anos de luta da sociedade brasileira". O senador destacou a possibilidade de o anistiado optar por uma indenização única ou paga mensalmente e a isenção de impostos sobre essa indenização.

O líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), elogiou a MP por dar "maior racionalidade administrativa" aos benefícios da anistia, uma vez que as decisões passam a



Jane de Araújo

Renan Calheiros: orgulho por ter participado do entendimento que viabilizou a MP

ser concentradas no Ministério da Justiça. Ele ressaltou ainda que a MP põe fim à dificuldade que as pessoas tinham para receber indenizações.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que votava a matéria com muita alegria, por considerá-la "uma manifestação claríssima da maturidade da classe política no Brasil". Para ele, o Congresso está "fazendo justiça, recuperando direitos e, mais do que qualquer coisa, fazendo história". Já o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), manifestou sua satisfação em encaminhar o voto favorável à matéria.

Presidindo a sessão, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que a regulamentação da anistia política vinha sendo "há muitos anos amplamente discutida" pelo Congresso Nacional. Esse debate, acrescentou, "chega agora a um final feliz", graças à "maturidade da democracia brasileira". O presidente do Senado ressaltou ainda que a MP vai reparar várias injustiças.

Novas regras visam agilizar fiscalização do transporte

Por maioria simples, foi aprovada ontem medida provisória mudando a legislação que instituiu o vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dispõe sobre a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários. A MP promove mudanças para facilitar a fiscalização nos transportes, estabelecendo que seja destacado, no documento comprobatório do embarque, o valor do vale-pedágio obrigatório e os dados necessários à sua identificação.

A modificação na lei atribui com-

petência à Agência Nacional de Transportes Terrestres para a implantação do vale-pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação, a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infração à lei.

Ao justificar a MP, o governo diz que tais modificações são urgentes e relevantes para viabilizar o gerenciamento da operação dos serviços de transporte de carga, tornando mais ágeis e eficientes as atividades reguladoras e fiscalizadoras, em benefício do interesse público. A MP vai agora à promulgação.

Plenário acolhe MP que facilita pagamento da correção do FGTS

A Caixa Econômica Federal poderá creditar automaticamente nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) as perdas decorrentes de planos econômicos até o valor de R\$ 100. O procedimento está previsto em medida provisória editada em 12 de julho deste ano e aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A MP vai agora à promulgação.

De acordo com a exposição de motivos apresentada pelo governo, a MP beneficia 85 milhões de contas (74,7% do total), com dispêndio de R\$ 2,2 bilhões (5,1% da correção devida). O texto permite o recebimento dos créditos sem que os beneficiados tenham de aderir previamente às condições previstas na Lei Complementar nº 110, de 2001.

UNIVERSIDADE

Outra MP aprovada cria o Programa Diversidade na Universidade. O programa visa "implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afro-descendentes e dos indígenas brasileiros".

O programa será gerenciado pelo Ministério da Educação, que repassará recursos a entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos, que atuem na área de educação e que tenham "projetos inovadores" que atendam à finalidade do programa. A transferência de recursos será feita por convênio ou outro instrumento legal. O programa terá duração de três anos e permite a concessão de bolsas de manutenção e de prêmios em dinheiro.

Concessionárias de energia ganham ressarcimento e crédito do BNDES

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória nº 40, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 326 milhões em favor do Ministério de Minas e Energia (MME) com a finalidade de ressarcir despesas das concessionárias com o pagamento de bônus individual a consumidores residenciais cujo consumo mensal de energia elétrica ficou abaixo da respectiva meta.

Na mensagem presidencial enviada ao Congresso, o MME argumentou ser esse ressarcimento indispensável à preservação do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Depois da votação, o presidente Ramez Tebet promulgou a MP, enviando-a para publicação no *Diário Oficial* de hoje.

Também foi aprovada MP destinando R\$ 7 bilhões ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão aplicados em operações de financiamento às concessionárias

de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A utilização desses recursos, oriundos do superávit financeiro da União, foi considerada uma alternativa melhor do que obrigar o BNDES a captar recursos no mercado de títulos públicos para realizar as operações de financiamento.

Na exposição de motivos, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, argumenta que, caso as empresas do setor elétrico não obtivessem esses financiamentos, haveria falta de liquidez no setor, com redução de investimentos, o que prejudicaria a oferta de energia para os próximos anos ou obrigaria as concessionárias a aumentar ainda mais as tarifas de energia elétrica, com reflexos negativos na inflação.

Foi aprovada também medida provisória abrindo crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 36 milhões, para ações emergenciais de defesa civil.



Roosevelt Pimenta

Plenário do Senado conseguiu votar ontem todas as medidas provisórias, desbloqueando sua pauta

Senadores aprovam ajuda a companhias aéreas nacionais

Foi aprovada ontem, pelo Plenário do Senado, a medida provisória que altera a legislação tributária aplicada às companhias aéreas nacionais, como parte de um conjunto de medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso para enfrentar a crise financeira por que passa o setor.

A MP suspende, até 31 de dezembro de 2003, a cobrança do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os pagamentos ou créditos efetuados no exterior relativos a prestações de arrendamento de aviões pelas companhias aéreas.

A mesma MP institui a cobrança da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes nas

operações de venda de querosene de aviação, possibilitando com isso tratamento isonômico entre as companhias nacionais e as estrangeiras, tendo em vista que estas, atualmente, têm ganho comparativo em relação a essas contribuições.

É também concedido perdão dos débitos de responsabilidade das companhias nacionais relativamente às contribuições incidentes sobre a receita bruta decorrente do transporte internacional de cargas ou passageiros. A MP abre a hipótese de tal benefício ser estendido às companhias estrangeiras, desde que mediante acordo firmado com o país sede.

DIA DE DECISÕES

Aprovada proposta que transforma cargo da AGU

O Senado aprovou medida provisória que trata da remuneração dos cargos da carreira de procurador da Fazenda Nacional e transforma os cargos de assistente jurídico da Advocacia Geral da União em advogado da União. A matéria vai a promulgação.

Foi encaminhado à sanção o projeto de conversão à MP que trata da reestruturação da carreira de auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se auditoria da Receita Federal. A medida também dispõe sobre a organização de cargos e salários das carreiras de auditoria fiscal da Previdência e de auditoria fiscal do Trabalho.

Outra medida provisória aprovada foi a que estrutura a carreira de perito federal agrário do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incra). A carreira passa a ser composta por cargos efetivos de engenheiro agrônomo, regidos pelo Regime Jurídico Único dos servidores públicos.

Vai à promulgação a MP que inclui especialistas de nível médio e superior no Plano de Classificação de Cargos. A medida visa resolver a situação funcional de trabalhadores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da carreira de ciência e tecnologia e dos militares do Distrito Federal.

Os senadores rejeitaram a MP que estrutura carreira na Agência Brasileira de Inteligência e a que trata da inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) no Plano de Classificação de Cargos.

Executivo é autorizado a contratar operações de crédito

O Executivo foi autorizado a contratar, em nome da União, operações de crédito interno e a conceder garantias da União às operações de crédito de entidades de administração federal indireta, bem como dos estados, Distrito Federal e municípios e suas respectivas entidades de administração indireta. A autorização foi concedida por meio de medida provisória aprovada ontem pelo Plenário.

Em parecer favorável, o relator na Câmara, deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA), explica que “a

autorização viabiliza a administração financeira do país, sem comprometer as prerrogativas do Legislativo quanto ao controle das finanças públicas nacionais”.

Os senadores aprovaram ainda crédito extraordinário no valor de cerca de R\$ 381 milhões para cobertura de despesas de contrato de refinanciamento da dívida mobiliária de Alagoas. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que votou contra a MP, afirmou não reconhecer a legitimidade da dívida mobiliária do seu estado. “Essa dívida nunca existiu”, disse.

Senado acolhe texto da OIT que protege o trabalhador noturno

O Senado aprovou ontem o texto da Convenção 171 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que faz recomendações em caso de jornadas noturnas. De acordo com o texto, deverão ser adotadas providências para avaliação periódica do estado de saúde do trabalhador noturno e a previsão de alternativa de atividade diurna para mulheres, especialmente durante a gestação e pós-parto, entre outras medidas. A matéria vai à promulgação.

Na discussão, a senadora Emilia

Fernandes (PT-RS) parabenizou o senador Tião Viana (PT-AC) pelo trabalho realizado como relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e disse que o tema era objeto de grandes discussões entre trabalhadores e empresários.

O projeto de lei da Câmara que cria o Conselho Federal e os respectivos conselhos regionais dos despachantes documentalistas será analisado na sessão de 16 de dezembro, conforme requerimento aprovado em Plenário.

Maguito quer mais atenção do governo para ecoturismo

Conforme senador, novos investimentos no setor dinamizarão a economia. Consequência será geração de empregos, disse

Ao destacar o potencial do ecoturismo como fator dinamizador da economia, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) chamou ontem a atenção para a necessidade de investimentos governamentais na divulgação de atrações turísticas como a Pousada das Araras, localizada em Serranópolis (GO).

— Com investimentos de R\$ 20 mil a R\$ 80 mil pode-se criar pelo menos dez empregos no setor de turismo, enquanto em indústrias de alta tecnologia seria necessário investir pelo menos dez vezes mais para obter o mesmo resultado.

A Pousada das Araras, explicou, é reserva natural de 175 hectares destinada à conservação de importante sítio arqueológico, com pinturas rupestres e ossadas que datam de 11 mil anos. Apesar de o local vir recebendo visitantes de várias partes do Brasil e outros



Maguito Vilela destacou necessidade de divulgação da Pousada das Araras

países, o senador assegurou que esse fluxo seria bem maior se houvesse divulgação mais adequada. Existem centenas de outras localidades com forte potencial, especialmente no setor de ecoturismo, que segundo Maguito ainda são pouco exploradas devido à falta de divulgação.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) concordou com Maguito Vilela. Ele confirmou a importância e a beleza da Pousada das Araras.

Má conservação de estrada atinge produção, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denunciou ontem em Plenário o péssimo estado de conservação das estradas de Goiás e criticou a política de transportes do governo Fernando Henrique Cardoso. Ele apontou o enorme prejuízo econômico causado pela precariedade das rodovias, já que o transporte da produção agropecuária do país estaria sendo comprometido.

Mauro Miranda mencionou pesquisa sobre a situação das estradas brasileiras realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). De acordo com o levantamento, cerca de 27% das rodovias federais estão em péssimas condições de uso. O senador elogiou debate sobre o assunto promovido pela entidade, presidida pelo vice-governador eleito de Minas Gerais, Clésio Andrade (PFL).

Para o senador, o presidente eleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “que tem procurado estabelecer diálogo com os mais diversos setores da socie-



Segundo Mauro Miranda, transporte agropecuário está sendo comprometido

dade”, saberá ouvir as reivindicações relacionadas às estradas — em especial as localizadas no Centro-Oeste e Nordeste. Essas regiões, segundo disse, foram ignoradas pela administração de Fernando Henrique Cardoso. O senador pediu mais sensibilidade do governo em relação ao problema.

Mauro Miranda também endereçou críticas ao governador de Goiás, Marconi Perilo (PSDB), que, a ser ver, não estaria gerindo adequadamente os recursos destinados à recuperação de rodovias.

Freire lamenta falecimento de militante do PPS

O senador Roberto Freire (PPS-PE) expressou ontem seu pesar pela morte de Byron Sarinho, um dos fundadores do seu partido. Bastante emocionado, o senador não conseguiu ler a nota de adeus ao amigo. Ele a entregou ao senador Carlos Wilson (PTB-PE), que falou em Plenário sobre a importância de Byron na trajetória política de Freire e do PPS. Ainda ontem, o Senado aprovou requerimento de pesar pelo falecimento do militante.

Para Freire, parte da história de sua vida pública morre com Byron, que o acompanhava desde 1962, quando iniciaram o estudo de Direito. Sempre atuaram em conjunto nos momentos políticos importantes, como a luta contra a ditadura militar, a fundação do MDB e a construção do PPS. Os dois entraram ao mesmo tempo no antigo PCB.

— Amigo de primeira hora, formulador político nato, democrata e humanista radical, amante da cultura e do povo de Pernambuco, entusiasta do Brasil, sonhador, socialista, esteve em todas as minhas campanhas vitoriosas ou derrotadas — afirmou Freire na nota sobre Byron Sarinho.

No documento de despedida, Freire mandou, como presidente do PPS e amigo de Byron, um abraço de conforto à família.



Roberto Freire ressaltou trajetória política de Byron Sarinho

Saneamento no país deve ter crédito de US\$ 122,6 mi

Relator de uma das mensagens do Executivo, Carlos Bezerra afirma que o governo não investe no setor desde o final da década de 80

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, pareceres dos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Romero Jucá (PSDB-RR) favoráveis a autorização para aval da União a operações de crédito externo no valor total de US\$ 122,6 milhões, dos quais US\$ 75 milhões contratados no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird – Banco Mundial), e US\$ 47,6 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se a financiar parcialmente programas de saneamento básico.

A primeira operação de crédito, com o Banco Mundial, deverá beneficiar obras de saneamento nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os US\$ 75 milhões serão contratados pela Caixa Econômica Federal e serão amortizados em 15 anos, com cinco anos e meio de carência.

Carlos Bezerra disse que os recursos são bem-vindos porque a última vez que o governo federal investiu em saneamento básico foi, segundo ele, no governo Sarney, ao final da década de 80. “De lá para cá, não se fez praticamente nada”, comentou, destacando que, em Cuiabá,



Propostas acolhidas pela CAE beneficiam estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Plenário votará as matérias em urgência

capital do seu estado, há apenas uma única estação de tratamento de esgotos.

O dinheiro será aplicado por intermédio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS), que deverá receber um aporte total de recursos externos, até o final de sua execução, de US\$ 130 milhões, contratados junto ao Bird.

A segunda operação, de US\$ 47,6 milhões, com base em parecer do senador Romero Jucá, deverá ser contratada pela Saneamento de Goiás S/A (Saneago) com o BID, prevendo-se no contrato um prazo de 25 anos para pagamento, com cinco anos de carência, que é também o prazo previsto para que se complete o desembolso total dos recursos, pela instituição financeira.

Programação monetária vai ao exame do Plenário

A programação monetária do governo federal para o quarto trimestre deste ano recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que juntamente com a senadora Heloísa Helena (PT-AL) votou contra a matéria, alegou que a programação foi completamente superada pelos fatos, não guardando mais nenhuma sintonia com a realidade. Sendo assim, ele entende que a aprovação da matéria pelo Senado cumpriria apenas uma norma burocrática e nada mais.

Ao comentar o seu parecer favorável à mensagem do presidente da República, o senador Bello Parga (PFL-MA), relator da maté-

ria, destacou ser normal que toda previsão seja superada pelos fatos, que não se comportam segundo expectativas.

A programação havia sido traçada com base numa tendência de juros declinantes esperados para todo o segundo semestre deste ano, fato que não se concretizou. O Comitê de Política Monetária (Copom) teve de elevar a taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia, do Bacen) de 18 para 21% ao ano, no último dia 14 de outubro, em razão de uma tendência de alta dos preços e uma piora nas expectativas da inflação, explicou o relator.

Ao fazer essa programação, que será encaminhada agora ao exame do Plenário, o governo trabalhou com uma expansão dos meios de

A taxa de juros deverá variar de acordo com o custo dos empréstimos multimonetários qualificados (feitos em diversas moedas fortes) tomados pelo BID no semestre anterior ao da cobrança, acrescido de um *spread* bancário (diferencial entre os custos de captação e de empréstimo) calculado a cada semestre. Esse cálculo leva, atualmente, a uma taxa efetiva equivalente a 6,59% ao ano.

Segundo Romero Jucá, além de favorecer um setor prioritário, os recursos servirão para fortalecer as reservas internacionais do Banco Central. As mensagens do presidente da República solicitando autorização do Senado para as duas operações de crédito externo serão votadas pelo Plenário em regime de urgência.



No parecer, Bello Parga considerou normal que toda previsão seja superada pelos fatos

pagamentos (papel-moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos), para este ano, de 39,4% comparado a 2001, e com uma expansão de 44,6% para a base monetária (papel-moeda emitido menos reservas bancárias).

Segundo Saturnino, na prática a programação monetária tornou-se sem efeito a partir do momento em que começou a haver no mercado interno uma grande oscilação cambial.

Pará pode alienar terra a empresa que beneficia coco

Parecer do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) favorável a autorização para que o governo do Pará aliene terras de sua propriedade à empresa alagoana Socôco Agroindústrias da Amazônia Ltda. foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto de decreto legislativo apresentado pelo relator será apreciado agora no Plenário do Senado.

O pedido foi enviado à Casa em maio de 1982 pelo então governador do Pará, Alacid Nunes. Na época, como explica Geraldo Melo em seu parecer, a Constituição de 1967 determinava que a transferência de terras devolutas para a iniciativa privada necessitava de autorização prévia do Senado. Contudo, a tramitação do pedido foi dificultada, segundo o relator, pela ausência de documentos e informações “indispensáveis” à análise da solicitação.

Remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já na vigência da Constituição de 1988, a tramitação do projeto foi alterada em razão dos novos dispositivos constitucionais, que transferiram as autorizações para alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 2,5 mil hectares, para a competência do Congresso. Em maio deste ano, a Presidência do Senado determinou o arquivamento da matéria.

Mas o governo do Pará pediu que os senadores prosseguissem na análise da sua solicitação devido à importância da presença da empresa para a geração de emprego e renda naquele estado. De acordo com o projeto apresentado pela Socôco, ao alcançar a plena produção, a empresa estará empregando 1.500 trabalhadores na atividade agrícola e cerca de 500 na indústria de beneficiamento de coco.

José Jorge quer modernizar as normas sobre mineração

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ao governo federal, em discurso no Plenário, que envie ao Congresso Nacional os dois projetos de lei que instituem o Programa de Reestruturação Institucional do Setor Mineral (Prisma). O senador informou que ambas



Ex-ministro de Minas e Energia, José Jorge cobrou projetos do governo

as proposições foram encaminhadas ao gabinete da Casa Civil da Presidência da República durante sua gestão à frente do Ministério de Minas e Energia, entre março de 2001 a março deste ano.

Os objetivos do Prisma, de acordo com José Jorge, são atrair investimentos para o setor, trazendo maior oferta de empregos e competitividade, melhorando ainda a distribuição de renda e o desenvolvimento regional. Outro intuito do programa é fortalecer a capacidade reguladora do Estado, dotando-o de instrumentos mais adequados para promover políticas eficazes de desenvolvimento para o setor.

As metas do programa, citadas pelo senador, são atingir a marca de US\$ 300 milhões por ano em investimentos em pesquisa mineral, já em 2005; triplicar o valor da

produção mineral nos próximos dez anos; e gerar mais 5 milhões de empregos no setor, no mesmo período.

O primeiro projeto de lei cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituiria o Departamento Nacional de Produção

Mineral (DNPM). A proposta também transforma a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em Serviço Geológico do Brasil. O segundo projeto cria uma legislação nova para o setor, o chamado Estatuto da Mineração.

José Jorge criticou “a alta regressividade” da tributação sobre a indústria da mineração. Para ele, o Brasil deveria adotar um modelo semelhante ao chileno, por ele considerado “progressivo”, no qual a empresa mineradora paga mais imposto à medida da maturação do projeto e do crescimento dos lucros.

— Não é à toa que o Chile é um dos países que mais atraem investimentos em mineração no mundo — afirmou.

Ele disse que o setor mineral participa com 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Suassuna: novo governo deve saber quanto terá para investir

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem que os parlamentares se esforcem para que a proposta orçamentária para 2003 seja aprovada ainda este ano. Ele ressaltou a importância de o próximo governo assumir “sem ter sua administração engessada por não saber do quanto disporá para investimentos e em quais áreas os recursos poderão ser utilizados”. O presidente da Casa, senador Ramez Tebet, reforçou o pedido.

Todos os partidos políticos, na avaliação de Ney Suassuna, estão procurando colaborar no sentido de conciliar o Orçamento com os interesses do próximo governo. Mesmo com a boa vontade dos



É importante aprovar logo o Orçamento de 2003, diz Suassuna

parlamentares, o senador comentou que, “para quem viu as promessas feitas pelos candidatos à Presidência da República”, seria necessário que o Orçamento destinasse dez vezes mais que o reservado para investimentos.

— Esta é a época em que a Câmara e Senado fervilham de pessoas que querem garantir lugar no Orçamento. Estar no Orçamento não significa a liberação de recursos, mas não estar implica não obtê-los. São apenas R\$ 7 bilhões para investimentos, por isso vamos fazer o possível para destinar recursos a algumas áreas consideradas prioritárias.

Comissão substitui emenda para beneficiar estudantes

A Comissão de Educação (CE) decidiu ontem apresentar nova emenda ao projeto de Orçamento da União para 2003. Serão solicitados R\$ 150 milhões para serviços de assistência aos estudantes universitários, como alojamento e assistência médica.

A emenda, da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), substituiu outra, do senador Tião Viana (PT-AC), que havia sido aprovada anteriormente e garantia recursos para os hospitais universitários. Viana solicitou a substituição a pedido de entidades representativas de reitores, professores e estudantes universitários.

— Como outra emenda já foi apresentada na Câmara para a garantia de recursos aos hospitais universitários, haveria duplicidade de recursos com o mesmo objetivo — afirmou Viana.

O presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), observou que a emenda anteriormente acolhida era especificamente destinada aos hospitais universitários, enquanto a da Câmara tinha objetivo mais genérico. A nova emenda foi defendida pelos senadores Tião Viana, Arlindo Porto (PTB-MG), Moreira Mendes (PFL-RO) e



A Comissão de Educação aprovou nova emenda ao projeto de Orçamento da União

Ney Suassuna (PMDB-PB).

A pedido de Emilia, foi concedida vista do projeto que aumenta o valor mínimo anual, por aluno, que orienta as complementações de recursos da União aos estados, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Esse valor subiria paulatinamente até 2005, de acordo com substitutivo elaborado pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Pela proposta original, do senador Paulo Souto (PFL-BA), o valor mínimo corresponderia à “razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas”. O substitutivo prevê fórmula de transição, segundo a qual o valor mínimo equivaleria em 2003 a 70% do calculado, em 2004 a 80% e em 2005 a 90%.

Orçamento vai ser votado ainda este ano, diz Tebet

Presidente do Senado afirma também que escassez de recursos orçamentários não impedirá Lula de realizar uma boa administração

O presidente do Senado, Ramez Tebet, reafirmou ontem que está confiante na aprovação do Orçamento da União para 2003 dentro do prazo. Ele reiterou sua avaliação de que não haverá problemas com os prazos.

— Hoje (ontem) termina o prazo de apresentação de emendas, e acredito que vamos votar o Orçamento dentro do prazo legal. A Comissão Mista de Orçamento vai continuar trabalhando, enquanto os plenários da Câmara e do Senado prosseguirão votando normalmente outras ma-



Tebet: dificuldade de recursos tem sido comum nos últimos anos

térias. Aqui no Senado estamos votando medidas provisórias — esclareceu.

Ramez Tebet disse também que a escassez dos recursos que estarão disponíveis para utilização pelo próximo presidente da República não impedirá Luiz Inácio Lula da Silva de realizar uma boa administração.

— A dificuldade de recursos no Orçamento tem sido comum nos últimos anos. Temos de fazer um esforço para que o país dê certo com pouca receita. A prioridade

das prioridades é tocar o país para a frente e fazer as reformas.

Tebet acrescentou que o futuro presidente da República pode contar com o Congresso, que está discutindo matérias de interesse do Executivo, como a reforma tributária e a reforma política.

De manhã, Tebet recebeu Domingos Travesso, presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), entidade que apóia a medida provisória (MP), nos termos em que foi votada pela Câmara, que assegura paridade entre aposentados e pessoal da ativa nas carreiras de auditor fiscal da Receita Federal, do Trabalho e da Previdência.

Líder do PT admite salário mínimo de R\$ 240

O líder do PT na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Jorge Bittar (RJ), afirmou que seu partido admite um reajuste de 20% no salário mínimo, que passaria em 1º de abril dos atuais R\$ 200 para R\$ 240. O PT manteve-se reticente nos últimos dias sobre o aumento de 20% para o mínimo, apesar da insistência dos outros partidos.

— Sempre dissemos que, se houver recursos, seremos a favor desse aumento. Tudo indica que o Comitê de Receitas do Orçamento pode obter cerca de R\$ 8 bilhões na reestimativa da arrecadação do próximo ano. Caso isso se confirme, é natural que de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões sejam destinados ao salário mínimo

— observou Jorge Bittar.

O presidente Fernando Henrique propôs no projeto da lei orçamentária enviado ao Congresso em 31 de agosto aumento do mínimo para R\$ 211. Sessenta dias antes, no entanto, os líderes partidários na Comissão de Orçamento haviam decidido, ao votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que lutariam por salário mínimo de R\$ 240. Na época, o PT também defendeu o aumento de 20%, apesar das advertências do Planalto de que esse aumento não seria possível.

O Comitê de Receitas reúne-se hoje para decidir sobre os estudos de reestimativa de arrecadação feitos pelos técnicos das consultorias de orçamento do

Senado e da Câmara. Os estudos mostram que as receitas deverão ficar até R\$ 10 bilhões acima da previsão feita pelo Executivo por causa da disparada da inflação neste segundo semestre.

Caberá ao relator-geral do Orçamento 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), decidir como usar o dinheiro obtido com a reestimativa. Nos últimos anos, o Congresso reestimou a previsão de receitas do Executivo e direcionou os recursos para bancar aumentos do mínimo e emendas dos parlamentares ao Orçamento. Reajustes têm impacto pesado nos gastos da Previdência Social, que paga o salário mínimo a mais de 13 milhões de aposentados do INSS.

Mozarildo quer mais verbas para estados pobres

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a destinação, proporcionalmente, de mais verbas do Orçamento da União para Roraima e outros estados pobres das Regiões Norte e Nordeste do que para unidades da Federação mais ricas, localizadas nas Regiões Sul e Sudeste.

— Para que, no futuro, todos sejamos iguais, é preciso que nós, os estados mais pobres, sejamos tratados hoje de maneira desigual, recebendo mais do que os estados ricos — disse.

Mozarildo criticou o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), que, em reportagem do jornal *Gazeta Mercantil*, considerou “distorção” o fato de Roraima ter mais representantes na Comissão Mista de Orçamento do que São Paulo.

— Dizer isso é não pensar grande, é querer manter um colonialismo interno que tem levado



Para Mozarildo, Norte e Nordeste devem receber mais do que regiões ricas

para o Sul, inchando as periferias das grandes cidades — observou.

O senador classificou como preconceituosas declarações que defendem mais verbas orçamentárias para os estados mais ricos, “para que fiquem ainda mais ricos, condenando os estados pobres a ficarem cada vez mais pobres”.

Suplicy elogia o acordo que abre fronteiras dos países do Mercosul

Conforme destacou, cidadãos de nações do mercado comum que vivem irregularmente em outro país do bloco poderão legalizar sua situação, passando a ter os mesmos direitos civis

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o acordo assinado entre as nações que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – mais Bolívia e Chile, que vai abrir as fronteiras e permitir o livre trânsito dos cidadãos dessas nacionalidades nos seis países. O acordo foi assinado na última sexta-feira, em Salvador, durante a 12ª Reunião de Ministros do Mercosul.

Ao ler em Plenário matéria do repórter Evandro Éboli, publicada no jornal *O Globo* do dia 9, o sena-

dor disse que o bloco deu “um passo importantíssimo” em relação à liberdade dos trabalhadores. Suplicy lembrou que a integração econômica da União Européia só ocorreu de fato à medida que seus países concederam o livre trânsito de seus cidadãos.

Para o senador, logo se poderá prever o dia em que os trabalhadores da América do Sul terão um salário mínimo comum. Ele observou que o acordo ainda será assinado pelos presidentes dos países-membros do Mercosul em dezembro, e só entrará em vigor no

ano que vem, quando os estrangeiros que vivem irregularmente nos seis países poderão regularizar sua situação, passando a ter os mesmos direitos civis.

Suplicy destacou trecho da reportagem que cita estimativa do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça de que cerca de 50 mil argentinos, paraguaios e bolivianos vivem irregularmente no Brasil, enquanto cerca de 380 mil brasileiros poderão legalizar sua situação no Paraguai.



Eduardo Suplicy espera que, em breve, América do Sul tenha um só salário mínimo



Ministro aposentado do STF, Néri da Silveira (D) adquiriu livros editados pela Casa

Néri da Silveira visita estande do Senado no RS

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal José Néri da Silveira visitou ontem o estande do Senado na 48ª Feira do Livro do Rio Grande do Sul, acompanhado por seu filho, o advogado Felipe Silveira.

No estande da feira, localizada na Praça da Alfândega, de Porto Alegre, Néri da Silveira adquiriu uma coleção das Constituições brasileiras desde o Império, com oito volumes, além de dois exemplares da Constituição de 1988 atualizada até a Emenda nº 38, do novo Código Civil e do livro *Castilhismo: Uma Filosofia da República*, da Coleção Brasil 500 Anos, do Conselho Editorial.

Mudança de data da posse tem o apoio de Ramez Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu ontem a mudança da data da posse do presidente da República, de 1º para 6 de janeiro, apesar das declarações que vêm sendo feitas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, contra a prorrogação de seu mandato por seis dias.

— A opinião do presidente sempre tem um peso, é claro, mas isto pode ser feito contra a vontade dele, já que é matéria constitucional que está tramitando no Congresso. O presidente Fernando Henrique está sendo muito cioso, mas se o Congresso votar, ele vai aceitar e ficar até 6 de janeiro para transferir a faixa — afirmou.

Tebet deixou claro, porém, que o tempo para aprovar a emenda constitucional está se esgotando.

— A meu ver, a data de 1º de janeiro é imprópria, mas a cada dia que passa fica menos viável fazer o que já deveria ter sido feito há muito tempo. Infelizmente estamos deixando para a última hora, e, de repente, nem querendo dá mais, porque não se pode violar a Constituição — disse.

Comissão aprova indicações de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade e após sessão secreta, pareceres favoráveis à indicação de três diplomatas para embaixadas brasileiras. As indicações ainda dependem de aprovação pelo Plenário do Senado.

Os diplomatas indicados são Fausto Orlando Campello Coelho, que já ocupa o cargo de embaixador do Brasil na Costa do Marfim e foi indicado para acumular a embaixada no Mali; Frederico Cezar de Araújo para a embaixada na Austrália, e

Mauro Luiz Jecker Vieira para a embaixada do Brasil junto à Suíça.

Também foi aprovado requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) solicitando informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre notícia de que os Estados Unidos teriam vetado a compra pela Colômbia de aviões de combate *Super Tucano*, fabricados pela Embraer, e a compra de carne de frango pelo Canadá. O requerimento pede confirmação da notícia e, caso seja verdadeira, quais medidas estão sendo tomadas pelo Itamaraty.



A CRE também acolheu requerimento de informações ao Itamaraty sobre suposto veto dos EUA à compra de aviões brasileiros pela Colômbia

Denúncias contra ONGs estão sendo apuradas, diz ministro

O Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, informou ontem, na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura possíveis irregularidades cometidas por organizações não-governamentais (ONGs) que a Polícia Federal está investigando denúncias de que a Focus (instituição canadense que reúne 4.500 produtores de vários países) teria oferecido US\$ 35 por hectare de soja para que os produtores brasileiros deixassem de plantar.

— Existem outros casos, como o da seita do reverendo Moon, que teria adquirido irregularmente 85ha de terras em Mato Grosso, que também estão sendo investigados. Se houver ilícitos serão punidos na forma da lei — afirmou.



Paulo de Tarso (D), ao lado de Mozarildo Cavalcanti e Moreira Mendes, presta esclarecimentos aos integrantes da CPI do Senado

O presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), ressaltou que já existem provas de que a Focus e outras ONGs (como

a Cooperíndio, a Associação Amazônia e a Napacan) praticaram irregularidades. As denúncias, segundo ele, serão encaminhadas

ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça para que sejam tomadas providências.

Mozarildo não confirmou se a CPI vai propor nova legislação para o setor. No entanto, voltou a advertir para os “enormes prejuízos” que a sociedade pode estar sofrendo em consequência das atividades dessas organizações.

O senador lembrou que recentemente a Polícia Federal apreendeu cerca de 300kg do minério tantalita, extraídos ilegalmente pela ONG Cooperíndio de terras indígenas no Amazonas.

— Trata-se de um minério de alto valor, utilizado em equipamentos eletroeletrônicos, em naves espaciais e até em material bélico — disse ele.